

---

# Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social

---

## *Depth Hermeneutics in social research*

Marília Veríssimo Veronese<sup>1</sup>

mariliav@unisinos.br

Pedrinho Arcides Guareschi<sup>2</sup>

guareschi@puccs.br

### Resumo

*O artigo analisa as possibilidades da Hermenêutica de Profundidade (HP), referencial teórico-metodológico sistematizado por John B. Thompson, para a pesquisa e análise nas ciências sociais. Problematiza-se a questão do conhecimento e da pesquisa na contemporaneidade para, a partir daí, discutir criticamente o emprego da HP nas investigações sociais.*

**Palavras-chave:** Hermenêutica de Profundidade, pesquisa social, conhecimento, ideologia.

### Abstract

*The paper analyzes the potentials of Depth Hermeneutics (DH), a theoretical and methodological framework developed John B. Thompson, for research and analysis in social science. Issues about knowledge and investigation in contemporary research practices are discussed, and within this context the use of HP is critically assessed.*

**Key words:** Depth Hermeneutics, social research, knowledge, ideology.

### Introdução: reflexões sobre metodologia

Falar sobre ciência, epistemologia e método é sempre fascinante, especialmente quando se buscam novas formas de racionalidade, capazes de dar conta de ambientes sociais de grande complexidade. Essa busca instiga à pluralidade metodológica, como forma de enriquecer e complexificar o cerco epistemológico ao objeto de estudo, essencial na investigação sociológica. Esse cerco epistemológico é sempre desafiador e se coloca como base das práticas de pesquisa social; o tema deste artigo é justamente uma das possibilidades de investigação social, a hermenêutica de profundidade (HP), referencial teórico-metodológico proposto por John B. Thompson (1998).

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia pela PUCRS. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS-RS.

<sup>2</sup> Doutor em Psicologia Social e Comunicação pela University of Wisconsin at Madison (UWM), pós-doutorado na UWM e na University of Cambridge (UC), Inglaterra. Professor e pesquisador da PUCRS.

O problema do conhecimento é hoje fundamental, uma vez que, como já demonstrou Foucault, saber e poder estão intimamente relacionados. A má distribuição do conhecimento que a ciência moderna – forma privilegiada de conhecimento desde o século XVII – gerou em seu desenvolvimento é uma questão social de imensa gravidade. A ruptura epistemológica da ciência moderna com o senso comum proporcionou avanços sociais e tecnológicos fenomenais; entretanto, faz-se necessária a dupla ruptura, ou seja, romper com a própria ruptura, reconciliando-se com o senso comum na direção de um senso comum emancipatório. Por esta razão, o estatuto epistemológico dos saberes, bem como os privilégios extracientíficos da sua hierarquização, é tema que deve ser constantemente discutido e problematizado (Santos, 2004).

A crítica à razão instrumental da ciência moderna tem várias vertentes e formulações. Para Santos (2004, p. 18):

O que distingue o debate moderno sobre o conhecimento dos debates anteriores é o facto de a ciência moderna ter assumido a sua inserção no mundo mais profundamente do que qualquer outra forma de conhecimento anterior ou contemporânea: propôs-se não apenas compreender o mundo ou explicá-lo, mas também transformá-lo. Contudo, paradoxalmente, para maximizar a sua capacidade de transformar o mundo, pretendeu-se imune às transformações do mundo. Nos termos da consciência de si próprios que a ciência e os cientistas tenderam, dominantemente, a formar desde os tempos da revolução científica até um período muito recente, o privilégio epistemológico que a ciência moderna se arroga pressupõe que a ciência é feita no mundo, mas não é feita de mundo.

A partir do entendimento das limitações da ciência moderna e da razão instrumental contidas nessa versão e procurando efetivar o princípio das duas rupturas epistemológicas, buscam-se patamares de superação na prática da pesquisa social. Refletir sobre essas questões, discutindo-as no espaço público da comunidade científica interessada em transformar a ciência numa instância mais sensível aos dramas humanos, é um caminho para a produção do “conhecimento prudente para uma vida decente” (Santos, 2004).

Nesse sentido, é preciso admirar-se diante da importância da tarefa de pesquisar, da tentativa de dar conta da compreensão do ser humano e suas interações em sociedade. No entanto, precisamos ter cuidado para não cometer o equívoco de confundir conhecimento científico com razão instrumental; a razão argumentativa, também ela típica dos ideais iluministas, é justamente um marco na direção de um horizonte normativo que conduza ao diálogo, à crítica e autocrítica, à verdade possível e negociada e à decisão plausível, caracterizando uma racionalidade dialógica e antidogmática, como um processo de geração de consensos (provisórios, mas concretos e necessários). E é justamente na razão argumentativa, dialógica, que se

baseia a HP – Thompson talvez seja o mais importante interlocutor de Habermas, na língua inglesa –, método em que a argumentação sobre a plausibilidade das interpretações será fundamental.

Claro que a razão discursiva não é a única forma de negociar a verdade. Justamente a modernidade tardia viu emergirem questões importantes, como a diferença, a pluralidade, o fim das certezas e novas alternativas epistemológicas e metodológicas. Mas, como lembra Soares (2005), a valorização do pluralismo não implica a aceitação absoluta do relativismo; e o legado do Esclarecimento, se devidamente despido de seus terríveis ímpetos etnocêntricos e colonialistas, não pode ser simplesmente descartado.

Na perspectiva da pesquisa, as implicações desta reflexão são várias. Para Rolim (2005, p. 19): “O que há de científico nos resultados aferidos por procedimentos rigorosos e pela experimentação é, conceitualmente, a expressão de uma aproximação.” Essas aproximações da realidade constituem um conhecimento provisório e sujeito a revisão, mas um conhecimento que pode e deve ser continuamente produzido para contribuir na busca por uma sociedade política, econômica e socialmente menos desigual.

Esse texto, assim, se ocupa de apresentar uma possibilidade teórico-metodológica em pesquisa social, centrando-se nos pressupostos acima descritos.

Quando da realização de uma pesquisa, ao “botar “a mão na massa”, diante do problema empírico que se deseja investigar, surgem várias questões importantes, a serem equacionadas antes, durante e depois do trabalho de campo. Os problemas relevantes enfrentados pelos agentes da pesquisa – pressupondo que já tenham uma noção razoavelmente clara do seu objeto de estudo e dos pressupostos epistemológicos a partir dos quais pretendem aproximar-se deste – são: a escolha do método, a construção do *corpus* de dados e os procedimentos analíticos. A indicação metodológica, portanto, tem de ser criteriosa e adequada para aquele objeto específico que se investiga. Tendo consciência do problema da impossibilidade de apreensão total do dado vivo, é preciso optar por uma forma de aproximação do objeto de estudo que permita ganhar clareza nos seus principais pontos, já que, como costumava dizer Paulo Freire, o saber cabal sobre o objeto é da ordem do impossível.

Acreditamos ainda que a pesquisa é o processo de procurar conhecer os processos de sentido que se configuram nos cenários sociais. Esses cenários, onde interagem sujeitos produzindo e sendo interpelados por formas simbólicas, vão ser apreendidos pelo pesquisador que vai, então, tecendo os elementos de sentido, os quais se produzem na sua relação com os eventos.

O fenômeno – ou a apreensão que temos dele – é o registro subjetivo, no nível do sentido, desses eventos. Para tecer os elementos de sentido, uma das opções que se colocam na pesquisa social é a realização de um processo hermenêutico críti-

co, em que não se desvelam sentidos, mas se propõem sentidos viáveis, para avançar na compreensão do fenômeno, sugerindo uma verdade plausível, mesmo que provisória.

A objetividade, que foi durante tanto tempo confundida com neutralidade, pode expressar-se como “[...] a aplicação rigorosa e honesta dos métodos de investigação que nos permitem fazer análises que não se reduzem à reprodução antecipada das preferências ideológicas daqueles que as levam a cabo” (Santos, 2002, p. 31).

Identificando os valores, preconceitos e interesses que subjazem à pesquisa – que eventualmente eram ignorados ou tratados como viés a ser superado –, a objetividade fica fortalecida, sem que se cometa o equívoco de entender sujeito e objeto como dicotômicos e não mutuamente implicados.

## A Hermenêutica de Profundidade (HP)

A nossa opção por trabalhar com a HP esteve calcada na abertura metodológica que tal proposta oferece. Com essa ferramenta teórica e metodológica, o pesquisador pode analisar o contexto sócio-histórico e espaço-temporal que cerca o fenômeno pesquisado, pode empreender análises discursivas, de conteúdo, semióticas ou de qualquer padrão formal que venha a ser necessário; pode analisar a ideologia como vertente social importante, conferindo um caráter potencialmente crítico à pesquisa, o que vem a ser destacado por Thompson (1998) em sua obra *Ideologia e cultura moderna*. O referencial metodológico da HP inclui formas de análise complementares entre si, partes de um processo interpretativo complexo.

Representamos essas etapas, inicialmente, através da Figura 1 baseada no modelo apresentado pelo autor (Thompson, 1998, p. 365).

Argumentando com base especialmente nos trabalhos de Paul Ricoeur, o autor parte da noção de que a hermenêutica pode oferecer tanto uma reflexão de cunho filosófico quanto

uma ferramenta metodológica para compreender situações sociais. Se o processo de interpretação é combinado com métodos explanatórios, ou objetivantes, os resultados podem ser ainda mais proveitosos, uma vez que compreensão e explicação não são por ele tomadas como antitéticas, mas como complementares.

O potencial inovador da abordagem da HP poderia residir no fato de que ela supera as abordagens tradicionais de ideologia, invocando a necessidade de *propor sentidos*, discuti-los, desdobrá-los e não desvelá-los. Nesse último marco, estaríamos procurando *descobrir os sentidos ocultos*, o famoso “véu” que supostamente cobriria todos os fenômenos sociais, esperando para ser retirado pelo pesquisador, que então acessaria a verdade, desde que usasse um método científico, confiável. Não se trata disso; na HP, estaremos *propondo* sentidos, que até poderemos muitas vezes interpretar como ideológicos. Mas para isso precisamos argumentar e debater, num exercício de racionalidade argumentativa e comunicativa. Se afirmamos algo, através da interpretação, temos a obrigação de *justificá-lo*, de fundamentar essa interpretação em argumentos que sejam inteligíveis a todos os parceiros engajados na ação. Por esta razão, o autor é considerado um dos principais interlocutores de Habermas, no mundo de língua inglesa. Trata-se de construir uma análise plausível, dentro de um paradigma compreensivo; não de acessar e revelar a verdade, mas de fazer *uma leitura qualificada* da realidade tal qual ela se apresenta, no nível do sentido apreendido do fenômeno, no campo investigado. Esse exercício poderá ser potencialmente transformador do mundo social e mostra-se potente também como ferramenta para a pesquisa social que pretenda conhecer e entender um campo-sujeito.

Thompson trabalha com a idéia de que o mundo sócio-histórico é um campo-sujeito construído pelas pessoas no curso rotineiro de suas vidas, através de *formas simbólicas*, as quais define como um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos. Estão constantemente interpretando essas ações, falas, imagens e acon-

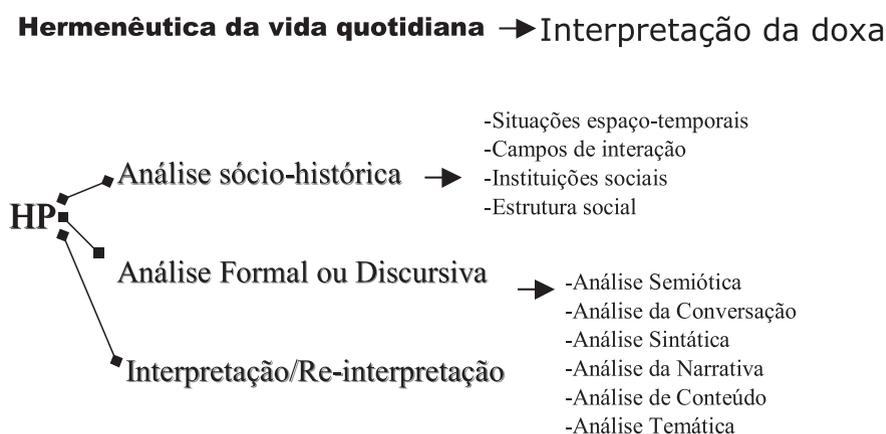


Figura 1. *Hermenêutica de Profundidade*.

tecimentos ao seu redor e refletindo sobre eles; por isto, a pesquisa social realiza uma re-interpretação. A análise ainda pode conter uma dimensão propositiva, ou seja, uma contribuição para o campo-sujeito que investigou. A HP, segundo Thompson (1998, p. 363): “[...] resumidamente, é o estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas”.

Quanto às diferentes fases do processo metodológico, o autor destaca que as fases não são necessariamente etapas cronológicas, mas sim distintas dimensões de análise, complementares, a serem utilizadas conforme o contexto e os objetivos da investigação (e a criatividade sociológica de quem pesquisa). Passamos a caracterizar e comentar brevemente cada fase.

## Interpretação da *doxa*

A interpretação da *doxa* é a hermenêutica da vida cotidiana, uma avaliação criteriosa de como os sujeitos entendem sua realidade cotidiana; Thompson refere essa etapa como “um momento etnográfico” que reconstrói as maneiras como as pessoas estão percebendo a realidade ao seu redor, suas opiniões, crenças e compreensões. Entretanto, ressalta que a interpretação da *doxa* é o ponto de partida, apenas o primeiro passo para o início do trabalho hermenêutico.

Esse é justamente um ponto fundamental da sua argumentação: na fenomenologia, por vezes, pára-se na *constatação*. Há muitos que, pelo fato de descreverem, às vezes pormenorizadamente, os fenômenos como eles se dão, como fluem, etc., já consideram o trabalho hermenêutico completo, o que não seria o caso, na perspectiva da HP. Mesmo quando procuram descrever “a maneira como as pessoas compreendem”, freqüentemente não se colocam os pesquisadores como “produzindo” uma coisa nova. A HP é a produção inovadora de um autor(a), uma produção de conhecimento específica, baseada, isto sim, em um referencial teórico que possa fundamentar com rigor esse conhecimento.

Ao considerar o trabalho pronto elaborando as compreensões dos sujeitos sobre sua vida cotidiana, corre-se o risco de negligenciar aspectos que brotam da constituição do campo investigado, seu contexto, das constelações de interações que o cercam. A sua estruturação pode estar ligada a outros fatores, que muitas vezes os sujeitos não percebem ou menosprezam. Aí a HP oferece o aprofundamento, o *mergulho* nas condições contextuais do fenômeno.

## Análise sócio-histórica

Ao realizar a *análise sócio-histórica*, reconstituímos as condições sociais de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, que, afinal, não se produzem num vácuo. Procuramos resgatar as situações no espaço e no tempo, ao enfocar

os campos de interação, as instituições sociais e a estrutura social, identificando as assimetrias na distribuição de poder e recursos e abordando temas como classe, trabalho, gênero, etnia, geopolítica, entre outros. Ao analisar as instituições sociais, por exemplo, precisaremos reconstruir o conjunto de regras que as constituem e sustentam e, assim, verificar como as formas simbólicas se produzem e como são recebidas naquele ambiente específico, para depois podermos argumentar de modo fundamentado sobre suas implicações.

Assim, estar-se-ia contemplando tanto uma interpretação dos padrões de significado incorporados pelos sujeitos como uma análise das implicações de poder e conflitos a eles subjacentes, através da atenção aos modos de operação da ideologia, que o autor define como *o uso de formas simbólicas para sustentar relações de dominação*, assimétricas, desiguais ou opressoras.

Tais relações são estabelecidas e sustentadas por estratégias, por práticas, tantas vezes reproduzidas e naturalizadas que eventualmente os próprios atores não tenham consciência do seu potencial opressor.

Baseando-se em Bourdieu, Thompson argumenta que um campo de interação social pode ser conceituado, sincronicamente, como um espaço de posições e, diacronicamente, como um conjunto de trajetórias. As posições ocupadas e as trajetórias vividas estarão relacionadas com o tipo de recursos ou capitais que o sujeito acessou e acumulou. Relembrando: o capital simbólico está associado aos méritos acumulados, prestígio e reconhecimento; o capital cultural, ao conhecimento, habilidades e qualificações educacionais.

Na análise das instituições sociais, o pesquisador tenta acessar as constelações de regras, recursos e relações que estão situados dentro dos campos de interação e que recursivamente os produzem. Para tanto, é importante abordar os modos e estratégias de operação da ideologia, ou como as constelações relacionais de poder podem sustentar dominação, desigualdade, injustiças; quando as relações são sistematicamente assimétricas, materializa-se a dominação.

É nas relações sociais cotidianas que se materializam os processos de valorização simbólica de pessoas, objetos e práticas. A valorização simbólica pode eventualmente reverter em valorização econômica, bastando pensar nas roupas de alta costura para ter-se um bom exemplo desses processos. Como um casaco pode vir a custar 85.000 dólares? Somente com fortes atributos simbólicos a seu favor: se foi produzido numa *maison de haute-couture* francesa, desenhado por um estilista famoso que veste as ricas e famosas etc., fica associado ao luxo, à riqueza, ao sucesso e ao bem-viver da sociedade de consumo capitalista.

Para dar mais um exemplo prático (Thompson refere-se a ele na p. 208 da supra-referida obra), pensemos em uma instituição onde um indivíduo que ocupa uma posição “superior” (dominante) na hierarquia pode utilizar-se de estratégias de *distinção*, ou seja, procurar diferenciar-se das pessoas e grupos

que ocupam posições “inferiores” na hierarquia; uma obra de arte cara na parede de sua sala pode demarcar essa distinção, ou o uso de uma roupa ou automóvel de luxo. Para o pesquisador social, esses detalhes não podem passar despercebidos... se o interesse por essas questões orientar a pesquisa, é claro.

Também é preciso lembrar que a assimetria nem sempre estará ligada à dominação. Existem relações assimétricas, como a relação mãe-bebê (ou cuidador-bebê), ou a do professor com os alunos na educação infantil que são, naturalmente, assimétricas, dado que os recursos materiais e imateriais para lidar com a realidade não serão os mesmos. Mas existem outros elementos presentes nessas relações, como o amor, o cuidado, o ensino, que impedem a dominação de marcar o relacionamento.

Mas de um modo geral, o interesse da HP irá centrar-se naquelas relações em que o sentido opera a ideologia. É no nível das interações e da semantização do mundo que se produzem as estratégias e práticas e as constelações relacionais de poder, e é o *mergulho* em tal nível de análise que Thompson propõe com a análise sócio-histórica na HP.

## Análise formal ou discursiva

Na fase da análise formal, parte-se do pressuposto de que os objetos e expressões que circulam nos campos sociais, através dos quais se dão as relações, são formas simbólicas, construções complexas que apresentam uma estrutura articulada (sejam elas textos, falas, imagens paradas ou em movimento, ações, práticas etc). Que padrões de relações estão contidos nas formas simbólicas e em sua relação com o contexto sócio-histórico? Essa fase é de fundamental importância, pois estaremos examinando as formas simbólicas na perspectiva da sua estrutura interna (por exemplo: análise semiótica para uma imagem, análise narrativa ou de conteúdo para um texto e assim por diante). Estaremos relacionando-a, sempre, com as condições de sua produção ou do seu contexto sócio-histórico, mas é importante um momento de desconstrução dos elementos internos constitutivos da forma simbólica. Existem dezenas de tipos de análises formais; só de análise de discurso há mais de 50 tipos, conforme referem Bauer e Gaskell (2002).

O termo “discurso” é utilizado com referência às instâncias de comunicação correntemente presentes, como, por exemplo, conversações entre amigos, editoriais jornalísticos, interações em sala de aula, falas em programas televisivos, que “[...] implicam uma concatenação de frases ou expressões, que estão combinadas de uma maneira específica para formar uma unidade lingüística ordenada, supraproposicional.” (Thompson, 1998, p. 371).

Análise da conversação, análise sintática, análise da estrutura narrativa – são muitas as maneiras de tratar o discurso. A análise da narrativa é apontada por Jovchelovitch e Bauer (2002) como uma forma de compreender a perspectiva do infor-

mante sobre os fatos e relações que o rodeiam. Contar histórias implica duas dimensões: a cronológica, que coloca em seqüência as vivências narradas, e a não-cronológica, cujo fim é arranjar, num sentido coerente ou *enredo*, os fatos ou experiências narradas. O sentido não está ao final da narrativa, mas se constitui durante a história em sua totalidade, que fluirá no tempo conforme a cadência dos acontecimentos. Pessoas, comunidades e grupos sociais contam histórias com palavras e também com expressões não verbais, podendo-se supor que suas narrativas exponham sua visão de mundo e sua experiência. O léxico do grupo social constitui sua perspectiva de grupo, independentemente da educação e competência lingüística. Não há experiência humana que não possa ser descrita em uma narrativa. Dependendo do contexto, o próprio ato de narrar pode alterar sentimentos ou mesmo acontecimentos.

Assim, utilizando-nos de um padrão formal de análise, podemos entender como o sentido opera, como uma possível mensagem é transmitida, seja pela imagem, pela fala ou pela escrita.

Uma imagem pode falar mais do que mil palavras, diz o ditado. A análise semiótica pode revelar importantes nuances das imagens publicitárias, por exemplo. Segundo Penn (2000), essa forma de análise tem sido aplicada em uma variedade enorme de sistemas de signos, como moda, arquitetura, publicidade e até histórias de fadas.

Essa abertura da fase da análise formal, onde o analista pode utilizar qualquer padrão formal, o mais indicado para seu tipo de material (texto, imagem, som etc), propicia uma rica gama de possibilidades que torna o método da HP bastante abrangente.

## Re-interpretação

Finalmente, a HP propõe a fase de re-interpretação. Essa construção criativa é, segundo Thompson, um impulso à compreensão do mundo social e à construção de saberes que possuam um potencial crítico, de sentido emancipatório. Essa fase dá-se a partir da análise formal, mas distingue-se dela, uma vez que essa última procede por *análise*: desconstrói, quebra, divide, visando ampliar o conhecimento sobre as formas simbólicas – o cerco epistemológico –, focando sua estrutura interna.

Já na re-interpretação, procede-se por *síntese*, integrando o conteúdo das formas simbólicas à análise do contexto de sua produção. Trata-se de uma explicação interpretativa, plausível e bem fundamentada – daí a necessidade de um referencial teórico consistente – do fenômeno investigado.

É o aspecto referencial das formas simbólicas que está especialmente em jogo nesse momento; elas representam algo, dizem alguma coisa sobre algo do mundo social, e é esse caráter que deve ser compreendido no momento da re-interpretação.

O caso é que os sentidos produzidos durante o trabalho do analista podem distanciar-se ou mesmo divergir do significado atribuído às formas simbólicas por quem originalmente as

produziu e pré-interpretou: os sujeitos sociais. Nesse sentido é que Thompson argumenta: “A possibilidade de um conflito de interpretação é intrínseca ao próprio processo de interpretação.” (Thompson, 1998, p. 376).

Esse risco é inerente ao empreendimento de re-interpretar um campo já previamente interpretado pelos sujeitos. O autor denomina esta situação de “divergência entre uma interpretação de superfície e uma de profundidade”, ou “entre uma pré-interpretação e uma re-interpretação” (1998, p. 376).

O fato é que se sustenta a concepção de que as formas simbólicas precisam ser compreendidas com referência às condições sócio-históricas de sua produção e recepção, tanto quanto com referência à sua estrutura interna, seus padrões e efeitos. O esquema intelectual da HP deverá demonstrar os aspectos múltiplos das formas simbólicas, evitando as armadilhas do *internalismo* (o texto é independente do contexto) ou do *reducionismo* (o texto é produzido exclusivamente em função do contexto).

## A interpretação da ideologia

John B. Thompson toma a interpretação da ideologia como uma forma específica de HP, numa dimensão de crítica da ideologia, ou seja, de como o sentido opera para estabelecer e sustentar relações de dominação (assimetrias sistemáticas que impliquem efeitos nocivos para determinados grupos ou atores sociais). As assimetrias mais gritantes, nas sociedades contemporâneas, são aquelas relativas às divisões de classe, gênero, etnia e estado-nação, dentro dos seus campos de interação (há muitas outras formas, evidentemente). Citando o autor: “Interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar.” (Thompson, 1998, p. 379).

Não é nosso objetivo, nesse artigo, discutir a complexidade da teoria da ideologia de Thompson, empreitada que merece um texto próprio no futuro. Detemo-nos aqui, refletindo sobre a pesquisa social, no interesse específico do entrecruzamento das formas simbólicas com as relações de poder.

Embora o autor beba da fonte marxista ao manter um sentido negativo para a ideologia – embora *não* a conceba como

falsa consciência –, rompe (como era de se esperar) com a perspectiva de que são as relações de subordinação de classe que constituem necessariamente os eixos da exploração e da desigualdade, hoje. Nas sociedades contemporâneas, outras formas de conflito, em alguns contextos, são mais agudas do que essas, embora, é claro, a dominação de classe não seja um problema extinto, pelo contrário. Apenas a subordinação da importância ou magnitude das formas de dominação depende de muitos fatores, de uma pluralidade imensa de variáveis, a exemplo das relações entre os sexos, os grupos étnicos, as comunidades, entre os cidadãos e o Estado, entre blocos de estado-nação, da mídia hegemônica com os cidadãos.

Somente a título de informação, caso o leitor o desconheça, reproduzimos, na Tabela 1, o quadro dos modos e estratégias de operação da ideologia apresentado por Thompson (1998, p. 81), acrescido do modo de *banalização*, com suas respectivas estratégias, feito por Guareschi e outros (2003, p. 322).

Como exemplo de modo de operar a ideologia na sociedade, tomemos o cenário econômico contemporâneo, calcado no consenso de Washington; procede-se à *naturalização* de uma situação sócio-histórica específica, que tem por base acordos institucionais entre Estados e instituições financeiras, tratando-a como se fosse natural, como se constituísse resultado inevitável de um desenrolar aparentemente inexorável das relações humanas e econômicas. A *naturalização* da própria conjuntura econômica parece pairar sobre toda a sociedade, sendo apresentado como inevitável o cenário atual, como fruto de auto-ajuste do sistema, resultado de leis naturais que a ciência econômica elucida, ao enunciá-las. O contraponto é a corrente que vê esse cenário como fruto de leis econômicas, construídas pelas pessoas e instituições que detêm poderes para tanto.

Relações de dominação podem ser apresentadas como justas e dignas de apoio, procedendo-se à sua *legitimação*. A mídia, na sociedade contemporânea, é um veículo difusor potente de formas simbólicas as mais diversas. Eventualmente, pode legitimar mensagens reacionárias, como, por exemplo, a necessidade do cidadão comum de adquirir armas e utilizá-las para defender seus interesses, diante da incompetência do Estado para fazê-lo. Ou ao veicular, repetidamente, filmes e séries para a televisão, produzidos nos Estados Unidos, em que o “ban-

**Tabela 1.** Modos e estratégias de operação da ideologia.

Modos gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
<b>Legitimação</b>	Racionalização, Universalização, Narrativização
<b>Dissimulação</b>	Deslocamento, Eufemização, Trope (metonímia, metáfora, sinédoque)
<b>Unificação</b>	Standardização, simbolização da unidade
<b>Fragmentação</b>	Diferenciação, expurgo do outro
<b>Reificação</b>	Naturalização, eternalização, nominalização
<b>Banalização</b>	Divertimento, Fait-divers, Ironia, Chiste

dido” deve sempre morrer trucidado pelos tiros dos “bons”, para a “população ordeira” ter a alma lavada e sentir que assim expia os crimes cometidos pelos “maus”.

Ou quantas vezes, durante a ditadura militar no Brasil, supressões violentas de protestos foram descritos como “a restauração da ordem”...? Exemplos abundam. Não só na mídia, mas nas instituições com as quais interagimos quotidianamente, convivemos com esses modos e estratégias e muitos outros.

Análises de mídia, ou estudos de recepção, são formas de pesquisa social que podem utilizar-se da metodologia da HP para demonstrar aspectos ideológicos das mensagens de forma fundamentada.

## Breve exemplo empírico da análise hermenêutica

Thompson faz algumas ressalvas importantes a duas possíveis tendências da pesquisa social contemporânea – ou tentações epistemológicas –, que ele chama de *falácias*: falácia do internalismo e falácia do reducionismo. A primeira significa o ato de considerar as formas simbólicas, por exemplo, um discurso ou texto, totalmente descolado do contexto, ou seja, analisável em si mesmo, totalmente autônomo, como se suas características não possuíssem referência alguma nas condições sócio-históricas de sua produção. A última significa tratar a forma simbólica, analisá-la, *somente* em função das suas condições sociais de produção e reprodução. O esquema intelectual e metodológico que Thompson propõe leva em conta ambas as dimensões, procurando articulá-las na busca da relação entre poder e sentido. O autor considera as relações de dominação como um tipo particular de relações de poder, sistematicamente assimétricas e desiguais e relativamente duráveis. As divisões de classe, etnia, estado-nação e gênero são alguns elementos que estruturam as instituições sociais e os campos de interação, sustentando as assimetrias.

No caso da mídia, tem-se um terreno fértil para a utilização da HP, uma vez que a mídia mobiliza o sentido de forma ampla, poderosa e persistente, tendo um poder de penetração e conformação significativo e relevante.

Mas o caso que trazemos como ilustração do uso da HP versa sobre outro tema importante, especialmente neste ano de 2006, que é um importante ano eleitoral no Brasil: as representações sociais da política.

O exemplo que apresentamos aqui está publicado no artigo “A representação social da política”, fruto de pesquisa realizada pelo grupo Ideologia, Comunicação e Representações Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, coordenado pelo professor Pedrinho Guareschi e cujos resultados foram publicados no livro *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética* (Guareschi *et al.*,

2000). Desse trabalho, retiramos o seguinte exemplo de uso da Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social.

A categorização das informações foi feita a partir de 411 unidades de sentido, recolhidas da transcrição de seis grupos focais. Participaram desses grupos estudantes universitários, estudantes do ensino médio e moradores de uma vila popular em Porto Alegre-RS, no ano de 1996, ou seja, quando os brasileiros já haviam votado duas vezes para presidente da República.

Ao redor de 70% das verbalizações foram agrupadas nas seguintes categorias: *Manipulação/Dominação, Falta de educação/Alienação, Coisa ruim/Sujeira e Desilusão/Injustiça*.

A análise tradicional dessas categorias, baseada na *doxa* ou numa hermenêutica de superfície, permanece no agrupamento e descrição do fenômeno e das categorias produzidas pelos discursos dos sujeitos. Já a análise re-interpretativa “dá um mergulho” sob essa superfície e propõe interpretações mais sutis.

Uma análise interpretativa a partir da ideologia, isto é, dos modos e estratégias presentes em determinadas formas simbólicas que servem para criar ou manter relações de dominação, revela facetas novas para a compreensão mais profunda do fenômeno e suas eventuais conseqüências para a sociedade. Não podemos esquecer que toda interpretação é parcial e conflituosa, sujeita a re-interpretações.

No caso em questão, as interpretações avançaram e sugeriram algumas possibilidades de ler-se esse fenômeno. Falas de entrevistados, tais como “cada povo tem o político que merece; o povo não tem educação; trocam o voto por um saco de feijão; falta informação na hora do voto, e não podemos esquecer que se os políticos são corruptos, é porque o povo é corrupto, pois foi o povo que o colocou lá, etc.” mostram, de forma indireta, que, se a classe dominante opera uma política de exploração e dominação, é porque o povo o quer assim, por que ele não sabe votar, porque é ignorante, analfabeto etc. Portanto, a “culpa” da corrupção recai sobre o povo brasileiro, que é quem a mantém, através do seu voto corrompido. Além de elas revelarem uma introjeção da imagem do opressor (conforme falava Paulo Freire), evidencia-se também uma clara estratégia de *deslocamento* e *expurgo do outro* em que se procura um bode expiatório para redimir as culpas dos verdadeiros responsáveis. Ao mesmo tempo, isso serve muito bem aos interesses dos políticos profissionais interessados na impunidade da corrupção, pois, além de se eximirem da culpa, mantêm as pessoas afastadas da prática política, uma vez que já foi introjetada, em suas consciências, a convicção de que “o povo é ignorante, não presta, não tem condições de exercer tal atividade etc.”.

A partir dessa percepção pode-se, também, suspeitar do interesse dos grandes empresários da comunicação em colocar cada vez mais o tema da política na mídia, apresentando-a como o “oitavo pecado capital”. A mensagem que fica é que, se todos os políticos são igualmente corruptos, não podemos nem devemos nos aproximar deles. A conseqüência é a repetição e a continuidade de tais práticas que, indiretamente, vêm manter a permanência de seus privilégios.

Outras falas foram coletadas, tais como: “Nenhum político vale nada; de 10 bons, 100 não valem nada; não dá para votar em ninguém; é tudo farinha do mesmo saco”.

Essas verbalizações revelam, através de uma simplicidade objetiva, a imagem unificada dos políticos como uma massa indiferenciada, sem possibilidades de subjetividade própria, pluralidade e mudança. A idéia da *unificação* expressa-se muito bem no uso repetido do dito popular *farinha do mesmo saco*. Esta representação, colocando todos os membros de um grupo no mesmo nível, produz um sentimento de impotência: “Não dá para votar em ninguém”, leva à construção e fortificação de comportamentos que sugerem que não se deva participar da política, pois não é possível mesmo transformar a sociedade. Em um nível mais profundo de interpretação, podemos dizer que há a criação de uma mensagem que sugere o afastamento da população da participação política. Desse modo, fica mais fácil aos que já estão na política continuarem com suas práticas.

Tais verbalizações revelam estratégias ideológicas que, no final das contas, levam, contraditoriamente, à reprodução do estado atual da sociedade, pois nada melhor, para manter as coisas como estão, que impedir que alguém se decida a enfrentá-las a fim de transformá-las.

Entrevê-se, nas falas, uma inversão de valores, expressa pelas idéias de que a política é “suja; é uma lama; não interessa; seus representantes são ladrões” e assim por diante. Esta representação da política produz o afastamento das pessoas, fazendo com que não exista o desejo de apropriação e participação política. Se a política está associada à “sujeira; corrupção; safadeza”, o raciocínio que está construído aí é que, se um cidadão é idôneo, não deve se envolver em política, isto é, se política é coisa suja e eu sou uma pessoa honesta, não devo me aproximar da política nem dos políticos.

As representações sociais da política apresentam-se com conotações fortemente negativas. Sabemos que tais representações são saberes/fazer historicamente constituídos. Elas têm uma função latente que, paradoxalmente, vem ajudar a repetir a história de nosso país, marcada pela dominação, exploração e impunidade dos crimes praticados pela classe dominante. A apropriação da prática política por parte da população brasileira é uma importante via de transformação dessa realidade, mas se houver o afastamento das pessoas que a consideram como algo negativo, sujo, “*deles*” e não “*nosso*”, dificilmente se poderá pensar numa mudança significativa. Essa é a face oculta, ideológica, uma vez que sustenta relações desiguais e injustas, de tal representação social da política.

## Comentário final

Há quem diga que trabalhar sob o enfoque da ideologia é algo como que “ultrapassado”; que a denúncia, afinal, cai em ouvidos moucos; que não é preciso preocupar-se em, eventual-

mente, apontar injustiças. Zygmunt Bauman (2001, p. 245) posiciona-se de forma contundente sobre essa questão. Vejamos:

Nada é menos inocente, lembra Bourdieu, que o *laissez-faire*. Observar a miséria humana com equanimidade, aplacando a dor da consciência com o encantamento ritual do credo “não há alternativa” implica cumplicidade. Quem quer que, por ação ou omissão, participe do acobertamento ou, pior ainda, da negação da natureza alterável e contingente, humana e não inevitável da ordem social, notadamente um tipo de ordem responsável pela infelicidade, é culpado de imoralidade – de recusar ajuda a alguém.

A pesquisa social pode se realizar com diferentes *interesses do conhecimento*, segundo a classificação de Jürgen Habermas, citado por Bauer *et al.* (2002). Tais interesses podem ser divididos em controle e predição (controlar a natureza visando melhores condições de vida), construção de consenso sobre um tema (compreensão intersubjetiva fidedigna), emancipação e empoderamento social (transformação social). Na verdade, tais interesses não são mutuamente excludentes, sendo encontrados na mesma investigação de diferentes formas. A HP, ao nosso ver, propicia o encontro de diferentes interesses e perspectivas, constituindo um referencial potente para a pesquisa social e para uma eventual contribuição desta última em processos de transformação social.

O conceito de pluralismo metodológico – algo que o método também permite – também tem importante papel quando se faz pesquisa social visando a teorização sobre um tema e a produção de conhecimento crítico. A partir desse critério, formas diversas de coleta e análise de dados podem auxiliar o pesquisador na boa prática de pesquisa, qual seja, clareza e transparência nos critérios e procedimentos e prestação pública de contas com os relatórios e artigos que produzir. Essa postura epistemológica crítica e rigorosa em termos de procedimentos garante a contribuição efetiva da pesquisa social qualitativa, que deve se preocupar menos em diferenciar-se do positivismo do que em constituir-se de forma criteriosa e criativa.

Há que desconstruir referências fixistas, mas tomando o cuidado de não levar a desconstrução ao extremo de desconstruir os valores que subjazem à pesquisa interessada em emancipação social, na possibilidade de resistência e de alternativas ao que é dado de forma hegemônica. A nosso ver, a ferramenta teórico-metodológica da HP situa-se justamente nessa perspectiva, sendo de inestimável valor para pesquisadores em vários campos do conhecimento nas ciências humanas e sociais.

## Referências

- BAUER, M.; GASKELL, G. e ALLUM, N.C. 2002. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: M. BAUER e G. GASKELL, *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, Vozes, p. 17-36.

- BAUMAN, Z. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 258 p.
- GUARESCHI, P.; OLIVEIRA, F.; WERBA, G. e VENZON, C.N. 2000. A representação social da política. In: P. GUARESCHI *et al.*, *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis, Vozes, p. 261-276.
- GUARESCHI, P. 2003. A banalização da política e do político: uma análise ideológica do Programa Cassetta e Planeta. In: P. GUARESCHI *et al.*, *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis, Vozes, p. 317-338.
- JOVCHELOVITCH, S. e BAUER, M. 2002. A entrevista narrativa. In: M. BAUER e G. GASKELL (orgs.), *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, Vozes, p. 90-113.
- PENN, G. 2000. Análise semiótica de imagens paradas. In: M. BAUER e G. GASKELL (orgs.), *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, Vozes, p. 319-342.
- ROLIM, M. 2005. *Desarmamento: evidências científicas, ou “tudo aquilo que o lobby das armas não gostaria que você soubesse”*. Porto Alegre, Palmarinca/Editora da Casa, 164 p.
- SANTOS, B.S. 2002. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 415 p.
- SANTOS, B.S. (org.). 2004. *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado*. São Paulo, Cortez, 821 p.
- SOARES, L.E. 2005. Prefácio. “As armas e os barões assinalados”. In: M. ROLIM, *Desarmamento: evidências científicas, ou tudo aquilo que o lobby das armas não gostaria que você soubesse*. Porto Alegre, Palmarinca/Editora da Casa, p. 12-14.
- THOMPSON, J.B. 1998. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes, 427 p.